

SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL: ANÁLISE DO COMÉRCIO DE ALIMENTOS EM TANGARÁ - RIO GRANDE DO NORTE

*Food and nutritional safety: analysis of food trading in
Tangará - Rio Grande do Norte*

Artigo original

RESUMO

Objetivo: Conhecer as principais características da dinâmica do comércio e oferta de alimentos no Município de Tangará - Rio Grande do Norte. **Métodos:** Estudo do tipo transversal onde foram pesquisados quarenta e quatro diferentes estabelecimentos de comércio de alimentos, tais como: açougues, mercearias, supermercados, padarias e bancas em feira livre. Aplicaram-se questionários semi-estruturados sobre a relação com fornecedores, consumidores, venda de alimentos, perdas, estratégias de vendas e dificuldades de comercialização. Os dados foram analisados, de acordo com a frequência das respostas, para cada tipo de estabelecimento. **Resultados:** Das principais dificuldades referidas no estudo, a renda insuficiente da população e a falta de estrutura e organização das feiras livres foram as mais citadas; dentre as principais propostas definidas pelos comerciantes para a melhoria do comércio local destacou-se o aumento da renda da população através da geração de mais emprego. **Conclusão:** O diagnóstico no município de Tangará/RN, focado na esfera da comercialização, forneceu subsídios ao planejamento de Políticas Públicas, além de favorecer o conhecimento de dados que caracterizam os agentes da cadeia agroalimentar, ou seja, tanto os produtores agrícolas, quanto os que participam da intermediação entre a produção e o consumo.

Descritores: Segurança Alimentar e Nutricional; Políticas Públicas; Abastecimento de Alimentos; Comercialização de Produtos; Programas de Nutrição.

ABSTRACT

Objective: To know the main characteristics of the dynamics of food trading and supply in the Municipal district of Tangará/RN. **Methods:** A cross-sectional study in which forty four establishments of food trading were studied, such as: butcher shops, grocery stores, supermarkets, bakeries and market-stalls at street markets. Semi-structured questionnaires were applied broaching the relations with suppliers, consumers, food sale, losses; sale strategies and trading difficulties. The data were analyzed according to the frequency of the answer, for each type of establishment. **Results:** Among the main difficulties referred on the research, the insufficient income of the population and the lack of structure and organization of street markets were the most referred; among the main proposals defined by the dealers for the improvement of local trade, stood out the rise of population income through more employment generation. **Conclusion:** The diagnosis in the municipal district of Tangará/RN, focused in the ambit of trading, provided subsidies for the planning of Public Policies, besides favouring the knowledge of data that characterize the agents who join in the food and agricultural chain, that is, as much as agriculture producers, as those that participate on the intermediation between the production and the consumption.

Descriptors: Food Security; Public policies; Food Supply; Products Trading; Nutrition Programme

Islandia Bezerra da Costa
Teixeira⁽¹⁾
Andréa Aleika Alves Honorato⁽²⁾

1) Departamento de Nutrição-Universidade Federal do Paraná (UFPR) - PR

2) Universidade Federal do Rio Grande do Norte (UFRN) - RN.

Recebido em: 22/02/2007

Revisado em: 07/02/2008

Aceito em: 22/02/2008

INTRODUÇÃO

Ao longo das últimas três décadas o conceito de Segurança Alimentar e Nutricional (SAN) passou a incorporar requisitos fundamentais que fomentam o princípio lógico da atual política de governo. Nos documentos de referência que tratam da política nacional de SAN além do abastecimento em quantidades apropriadas e o acesso universal dos alimentos, o aspecto nutricional foi incorporado e conseqüentemente, as questões relativas à qualidade, à composição e ao aproveitamento biológico. Dessa forma, as ações devem assegurar a qualidade biológica, sanitária, nutricional e tecnológica dos alimentos e o seu aproveitamento, estimulando práticas alimentares e estilo de vida saudável.

A segurança alimentar e nutricional é definida como a realização do direito de todos ao acesso regular e permanente a uma alimentação saudável, de qualidade, em quantidade suficiente e de modo permanente. Deve ser totalmente baseada em práticas alimentares promotoras da saúde, sem comprometer o acesso a outras necessidades essenciais. Esse é um direito do brasileiro, um direito de se alimentar devidamente, respeitando particularidades e características culturais de cada região⁽¹⁾.

Para Valente a Segurança Alimentar e Nutricional trata de como uma sociedade organizada, por meio de políticas públicas, de responsabilidade do Estado e da sociedade como um todo, pode e deve garantir o direito à alimentação a todos os cidadãos. Assim, alimentação é um direito do cidadão, e a Segurança Alimentar e Nutricional para todos é um dever do Estado e responsabilidade da sociedade⁽²⁾.

A SAN tem por objetivo final assegurar que todas as pessoas tenham, em todo momento, acesso físico e econômico aos alimentos básicos de que necessitam e, para isso, possui três propósitos específicos: 1) assegurar a produção alimentar adequada; 2) conseguir a máxima estabilidade no fluxo de tais alimentos e, 3) garantir o acesso aos alimentos disponíveis por parte de quem os necessita⁽³⁾.

Nesse contexto, Nabuco e Porto sugerem uma abordagem que leve em consideração os vários agentes que compõem a cadeia agroalimentar; bem como a elaboração de um diagnóstico sobre as condições em que se dá o fluxo alimentar - produção, comercialização e consumo - os quais tornam-se indispensáveis para desenhar as políticas públicas municipais de Segurança Alimentar e Nutricional, com vistas à superação do déficit alimentar de uma determinada população. Sendo assim, na avaliação da situação alimentar de uma determinada região, é útil identificar aspectos relacionados à comercialização de alimentos, que poderiam constituir-se num obstáculo para a Segurança Alimentar em nível local⁽⁴⁾.

Sob essa perspectiva torna-se importante a elaboração de um diagnóstico sobre as condições da dinâmica do mercado local de alimentos, desde a sua produção, comercialização, até o seu consumo. Assim, este trabalho teve como objetivo precípua conhecer as principais características do fluxo comercial e a oferta de alimentos do Município de Tangará/RN e relacioná-las às estratégias da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. A escolha desse município como campo de pesquisa alista-se a observação, durante um período de estágio, relatada pela nutricionista local da dificuldade na aquisição de gêneros alimentícios pelas instituições como hospitais creches e escolas públicas no município.

Esse diagnóstico, focado na esfera da comercialização, fornecerá subsídios ao planejamento de Políticas Públicas, além de favorecer o conhecimento dos aspectos que caracterizam os agentes que participam da cadeia agroalimentar municipal, ou seja, tanto os produtores agrícolas, quanto aqueles que participam da intermediação entre a produção e o consumo.

Importância das políticas locais de acesso e abastecimento alimentar

A história mostra que situações nas quais sociedades humanas conseguiram uma alimentação de qualidade para todos os seus membros têm sido raras. Nenhum dos paradigmas de desenvolvimento adotados nos últimos séculos favoreceu a superação da fome, da desnutrição e de doenças carenciais relacionadas à alimentação, de forma sustentável⁽¹⁾.

A participação popular e a descentralização são pressupostos básicos e fundamentais para o fortalecimento do poder local e da democracia. Diz-se isto porque o simples repasse de recursos não garante que estes sejam aplicados nas prioridades da maioria da população. Por isso, cada governo local deve implementar mecanismos que possibilitem a efetiva participação dos agentes sociais na definição das prioridades e na aplicação dos recursos. Desta forma, criadas em um contexto macroeconômico, as políticas municipais se revelam como uma das principais medidas de intervenção das políticas públicas locais de Segurança Alimentar no Brasil⁽⁴⁾.

O abastecimento alimentar diz respeito às condições em que se dá o acesso aos alimentos pelos diversos segmentos da população. É um dos temas-chave para a SAN e deve ser analisado em pelo menos dois aspectos principais. O primeiro deles, e mais geral, é que as ações de abastecimento têm por objetivo possibilitar que todos os segmentos da população tenham acesso a alimentos em condições apropriadas em

termos de quantidade, preço e qualidade, com importante repercussão na composição do consumo das famílias. A segunda conexão entre abastecimento alimentar e as políticas de SAN, que deve ser ressaltada, é a capacidade que as ações de abastecimento podem ter no sentido de promover a produção e a distribuição dos alimentos sob formas socialmente equitativas, ambientalmente sustentáveis e culturalmente adaptadas⁽⁵⁾.

De fato, as políticas de abastecimento alimentar devem promover a produção e a distribuição dos alimentos por meio de pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos dedicados ao cultivo, transformação e comercialização de produtos agroalimentares. Esse caminho possibilita ampliar a disponibilidade de alimentos de qualidade de modo menos custoso, valorizando a diversidade dos hábitos de consumo, ao mesmo tempo em que estimula um conjunto significativo de atividades econômicas geradoras de trabalho e renda. É preciso, por fim, diferenciar as questões de abastecimento segundo a dimensão populacional das localidades e o grau de complexidade das ações requeridas^(5,6).

De uma maneira geral, as Políticas Públicas referentes ao abastecimento alimentar, no sentido da promoção da SAN, devem buscar reduzir os preços dos alimentos ao consumidor, aumentar sua qualidade, quantidade e diversidade, além de encontrar maneiras de tornar os mercados de produtos alimentares mais acessíveis aos pequenos e médios empreendimentos, no meio rural e no meio urbano.

Dessa forma, as políticas locais de SAN envolvem um conjunto complexo de fatores, os quais mobilizam distintas habilidades profissionais, seja de conhecimentos técnicos específicos ou de capacidades gerenciais, além de solicitar a participação popular e a descentralização das decisões políticas, como citam vários autores^(4,9,13).

MÉTODOS

O Município de Tangará situa-se no agreste do Rio Grande do Norte, a 82 Km de distância em relação à capital, e possui uma área de 358,7 Km². Localizado na microrregião Borborema Potiguar, apresenta um Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0,631, sendo, portanto, considerado de médio desenvolvimento. Em relação aos recursos econômicos, estes são decorrentes das atividades agropecuárias como: criação de rebanhos bovinos, ovinos,

caprinos e suínos, bem como a extração de produtos agrícolas como mandioca, feijão, milho e algodão⁽⁷⁾.

Tipo de estudo e universo amostral

A pesquisa ocorreu entre os meses de abril de 2005 a maio de 2006, através de um estudo do tipo transversal. Para caracterizar o comércio de alimentos do município foi realizado um levantamento dos estabelecimentos de venda de alimentos, considerando apenas o distrito sede, com base em informações obtidas através da Prefeitura Municipal, sendo esta caracterizada como base de dados secundários, uma vez que se utilizou também informações do Cadastro do Comércio de Alimentos de Tangará/RN. A partir dessas informações uma amostra aleatória estratificada foi definida, sendo os estratos os diferentes tipos de comércio:

1) Bancas de feiras livres – são considerados equipamentos varejistas móveis, cuja característica principal é a circulação de instalações provisórias nas vias públicas. Em Tangará a feira livre tem caráter semanal e permanente;

2) Supermercados – estabelecimentos de auto-serviço. Caracteriza-se pela escolha das mercadorias pelo próprio consumidor, que transporta até o caixa, onde realiza o pagamento, sem necessidade de interferência ou ajuda de balconista;

3) Mercenarias – caracterizadas como equipamentos fixos de venda a varejo, especializados na distribuição de produtos da cesta básica;

4) Açougues – caracterizam-se por dispor, como principal produto de venda, carnes e derivados. Apresentam um sistema de venda tradicional em que a venda depende do atendimento, requerendo a presença de vendedor ou balconista;

5) Padarias – também se caracterizam por dispor de um sistema tradicional de venda. Além de comercializar produtos alimentícios do ramo de panificação como pães, biscoitos, bolos e salgados, este tipo de estabelecimento também comercializa outros tipos de alimentos como leites e derivados lácteos, sucos de frutas e bebidas como café.

Após a caracterização dos estabelecimentos distribuiu-se proporcionalmente ao tamanho de cada estrato (Quadro I), isto é, considerando 50% de cada tipo, no caso de valores ímpares estabeleceu-se o valor 50% mais um como sugerem Oliveira *et al*⁽⁸⁾.

Quadro I. Distribuição dos estabelecimentos responsáveis pelo abastecimento/comercialização de alimentos no município de Tangará/RN.

Tipo de estabelecimento	Número de estabelecimentos existentes	Número da amostra (50% de cada extrato)
Açougue	08	04
Mercadinhos e Mercearias	14	07
Supermercados	05	03
Padarias	05	03
Bancas de venda de alimentos na feira livre	54	27
Total	86	44

Fonte: Prefeitura municipal de Tangará RN, 2006.

De um total de oitenta e seis estabelecimentos foram sorteados quarenta e quatro sendo estes: quatro açougues, sete mercearias, três supermercados, três padarias e vinte e sete bancas de venda de alimentos na feira livre. Vale salientar, no entanto, que não houve perda em relação à amostra, já que nenhum dos responsáveis pelos estabelecimentos sorteados se negou a participar da entrevista.

Os entrevistados foram gerentes e/ou proprietários, ou seja, os responsáveis pelos estabelecimentos. As entrevistas ocorreram no próprio local de venda, realizada pela própria pesquisadora. Os entrevistados receberam informação dos objetivos da pesquisa e convidados a assinarem um termo de consentimento esclarecido.

Procedimentos para coleta e análise dos dados

Após a amostra ter sido definida aplicou-se questionários semi-estruturados (adaptados segundo Oliveira *et al*)⁽⁸⁾. No instrumento de coleta relacionou-se questões que verificassem os seguintes aspectos: 1) Relação dos comerciantes com os fornecedores; 2) Relação dos comerciantes com os consumidores; 3) Alimentos mais vendidos; 4) Perdas de alimentos nos estabelecimentos; 5) Estratégias de Vendas e 6) Principais dificuldades encontradas na comercialização de alimentos. A aplicação dos questionários foi realizada pela própria pesquisadora.

Convém ressaltar que a presente pesquisa foi submetida

ao Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, e somente após a aprovação do mesmo a pesquisa teve início.

Os dados obtidos a partir dos questionários foram analisados, verificando-se a frequência das respostas dos entrevistados para cada tipo de estabelecimento e apresentados em forma de gráficos e tabelas.

RESULTADOS

Este diagnóstico se propôs a caracterizar os principais produtores e produtos comercializados (quantidade, origem, formas de intermediação existentes e principais mecanismos de comercialização).

Quanto a relação dos Comerciantes com os Fornecedores

Quando questionados em relação à forma de entrega dos gêneros comprados para revenda, o transporte do fornecedor foi citado por 100% dos supermercados; 87% das mercearias; 75% das padarias, com exceção das bancas de feira livre, onde a opção mais citada foi o transporte próprio 48%, tendo sido referenciadas também outras opções, como fretamento de transporte, 8%.

Em relação às características observadas nos gêneros ao serem recebidos, como se observa na tabela I foram a

Tabela I - Distribuição das principais características observadas pelos comerciantes (funcionário responsável) no ato da entrega dos alimentos.

Características observadas na entrega	Bancas de Feira livre %	Supermercados %	Mercearias %	Açougues %	Padarias %
Aparência	37,38	25,00	28,57	37,50	22,22
Qualidade	40,00	38,50	28,57	50,00	22,22
Condições de transporte	6,67	0,00	9,52	12,50	22,22
Data de validade	0,00	36,00	33,33	0,00	33,33
Acondicionamento	13,33	0,00	0,00	0,00	0,00
Nenhuma das respostas	2,22	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Coleta de dados desta pesquisa, 2006. Município de Tangará/RN.

qualidade e a aparência as mais examinadas na maioria dos estabelecimentos. Devido à característica cultural ou até mesmo organizacional do comércio do município, a opção data de validade não foi mencionada nenhuma vez pelas bancas de feira livre e pelos açougues, e isso pode ser atribuído à falta de infra-estrutura e de controle pelos órgãos competentes, já que esta opção parecia até que não se aplicava a estes estabelecimentos, como pode ser visto no relato:

Data de validade nós não temos pra que ter, já que as carnes quando se estragam é lógico que agente num vai vender até porque ninguém vai comprar carne estragada. E existe data de validade para carne? (Comerciante do açougue).

Na tabela II se verifica que, quanto ao item recusa ou devolução da mercadoria pelos comerciantes, 100% dos supermercados costumam recusar, e quando questionados os motivos, os mais relatados foram: em caso de avaria, estrago, danos físicos, tipo inferior ao especificado na nota de compra.

Tabela II - Dados referentes ao atraso na entrega dos alimentos e recusa no recebimento

Recusa na entrega de Alimentos	Bancas de Feira livre %	Supermercado %	Mercearias %	Açougues %	Padarias %
Sim	5,00	100,00	14,29	0,00	33,33
Não	95,00	0,00	85,71	100,00	66,66
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Coleta de dados desta pesquisa, 2006. Município de Tangará/RN.

Nas bancas de feira livre e nos açougues foi observado que os comerciantes não costumam recusar mercadorias no ato da entrega. No caso das bancas de feira livre, tal fato ocorre porque estes compram direto aos produtores. Já nos açougues o fluxo se dá da seguinte forma: o boi é comprado direto ao produtor, que manda deixá-lo no matadouro público onde o animal é abatido e retalhado para

ser encaminhado em transporte não automotivo ao mercado público municipal para revenda a varejo, diante do fluxo descrito os comerciantes alegam não haver possibilidade, ou seja, aplicabilidade de recusa na entrega.

Foram abordadas, também, questões referentes à periodicidade na aquisição de gêneros alimentícios para revenda. Observa-se que esta aquisição é feita, predominantemente, uma vez por semana, conforme os resultados: feira livre (86%), supermercado (67%), mercearia (45%), açougues (75%) e padarias (67%). Foi feita ainda referência, em menor número, pela compra quinzenal nas padarias, mercearias e feira livre; mensal apenas nas mercearias e diária, em uma pequena porcentagem, nas feiras livres e nos açougues. No caso dos açougues a compra diária (25%) foi caracterizada apenas nos estabelecimentos de venda de frango abatido na hora e na feira livre, por vendedores que participam da feira livre dos municípios vizinhos, por trabalharem com produtos perecíveis, têm sempre que renovar seus estoques para melhor apresentá-

los aos seus clientes.

Considerando a tabela III, pode-se verificar que os principais fornecedores de estabelecimentos como supermercados, mercearias e padarias são em sua maior parte distribuidoras de alimentos, sendo cinco⁽⁵⁾ destas as mais mencionadas localizadas no município de Natal/RN, já os produtores locais tiveram uma pequena participação no

Tabela III - Distribuição em percentual da periodicidade na aquisição de gêneros alimentícios para revenda no município de Tangará/RN.

Principais fornecedores	Bancas de Feira livre %	Supermercados %	Mercearias %	Açougues %	Padarias %
Distribuidoras	4,0	92,86	93,10	20,00	64,29
CEASA (Natal -RN)	3,0	7,14	0,00	0,00	0,00
Atacadistas	0,0	0,00	0,00	0,00	14,29
Produtores (Tangará/RN)	11,0	0,00	3,45	40,00	21,43
Produtores (municípios vizinhos)	46,0	0,00	3,45	40,00	0,00
Fornecedores locais	2,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Produção própria	2,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Produtores de outros UF	5,0	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Coleta de dados desta pesquisa, 2006. Município de Tangará/RN.

fornecimento de gêneros como salgados, leite e frutas para as padarias. Do mesmo modo, nos supermercados houve uma pequena representação do fornecimento de gêneros pelo comércio atacado.

Ainda em relação à tabela III, nos açougues percebe-se uma relativa participação dos produtores locais, bem como dos municípios vizinhos, o que corrobora a existência de locais responsáveis pelo abate clandestino de animais, uma vez que não há naquela região abatedouros devidamente registrados e fiscalizados pelo Ministério da Agricultura, conforme afirma a Secretaria Municipal de Agricultura. Em relação às bancas de feira-livre destaca-se a significativa contribuição dos produtores dos municípios vizinhos e uma reduzida participação dos produtores locais, verificando-se que é necessário reforçar a idéia de priorizar a promoção da produção e da distribuição dos alimentos por meio de pequenos e médios empreendimentos rurais e urbanos locais para estimular as conexões entre o abastecimento e a produção de alimentos no município.

Relação dos Comerciantes com os Consumidores

Segundo os resultados obtidos sobre a relação dos comerciantes com os consumidores, pôde-se observar que o público atendido, pela maior parte dos estabelecimentos, foi a população em geral, incluindo os compradores de pequenos distritos próximos. Em relação às mercearias, estas têm sua maior clientela entre os moradores do bairro, sendo essa uma característica típica desse tipo de comércio. Também foi citada, pelos comerciantes, a presença de consumidores de municípios vizinhos como Sítio Novo, Serra Caiada, Bom Jesus e São José de Campestre.

No que diz respeito às principais formas de pagamento, pode-se constatar que o pagamento a vista é predominante em supermercados, bancas de feira livre, açougues e padarias, tendo também sua contribuição, só que em um nível menor, nas mercearias. Contudo, esse tipo de movimentação financeira é restrito apenas a determinado período do mês.

Nós só podemos vender a vista porque é muito pouco o ganho e se eu vender a prazo não vou ter como comprar mais mercadoria para a próxima feira. (Dono de banca de feira).

As vendas à vista podem até predominar, mas oferecer crédito é hoje tão ou mais importante quanto ter bons preços e está sendo adotado de forma generalizada, para acompanhar as ações da concorrência pois o parcelamento das vendas também amplia clientela e receita⁽¹⁰⁾.

Período de melhores vendas nos estabelecimentos

Em relação ao período de vendas, no que diz respeito ao melhor mês, nos estabelecimentos como supermercados e açougues os comerciantes foram unânimes em responder que o mês de dezembro - 100% de ambas as categorias - devido ao pagamento do 13º salário, era o mês de melhor venda. Nos demais estabelecimentos (banca de feira livre, mercearias e padarias) a opinião dos comerciantes era a mesma, no entanto, estes também fizeram menção aos meses de abril, junho e novembro – devido à proximidade com datas comemorativas como páscoa, festas juninas, bem como feriados nacionais e municipais.

Quanto à semana de melhor venda verificou-se que as duas primeiras semanas do mês são as mais referidas, e quando questionado o motivo os comerciantes não hesitaram em responder que é devido à semana de pagamentos dos funcionários públicos municipais, estaduais e dos programas de transferência diretas (Bolsa Família/ aposentadoria). 60% dos entrevistados referenciaram o melhor período de vendas ao pagamento dos aposentados, 29% atribuíram ao pagamento do funcionalismo público e aos programas do governo federal e 11% não souberam responder.

Principais causas da perda de alimentos no comércio de Tangará/RN

Muitas pesquisas têm demonstrado que o Brasil é considerado um dos países campeões em desperdício de alimentos no mundo. Segundo dados da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA) jogam-se fora, por ano, nada menos do que 14 milhões de toneladas de frutas, hortaliças e grãos no país⁽¹²⁾. Na tabela IV há a apresentação dos principais motivos da perda de gêneros alimentícios especificados pelos entrevistados no município de Tangará/RN.

Principais propostas feitas pelos comerciantes para a melhoria do comércio de alimentos

A tabela V mostra as propostas definidas pelos comerciantes pesquisados no município de Tangará/RN para a melhoria do comércio local de alimentos. Entre elas destacou-se, para todos os estabelecimentos entrevistados, a melhoria da renda da população através da geração de emprego.

A sociedade brasileira vive uma expressão radical de disparidade econômica, tanto entre os diversos segmentos que a compõem, como entre as diversas regiões que formam a nação. A sociedade brasileira apresenta um dos mais perversos casos de distribuição de renda. Sendo esse contraste refletido nas regiões, pois enquanto alguns segmentos sociais brasileiros estão em pé de igualdade com

Tabela IV - Distribuição em percentual das respostas dadas pelos comerciantes referentes às perdas de alimentos nos estabelecimentos no município de Tangará/RN

Principais Motivos	Bancas de Feira livre %	Supermercados %	Mercearias %	Açougues %	Padarias %
Condições climáticas	25,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Perecibilidade dos produtos	10,00	25,00	0,00	0,00	33,33
Falta de previsão de venda	35,00	0,00	0,00	50,00	0,00
Curto prazo de validade	0,00	25,00	28,57	0,00	0,00
Falta de atenção na arrumação das prateleiras	0,00	25,00	0,00	0,00	0,00
Alimentos que já vem com Problemas	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33
Não há perdas	15,00	25,00	71,43	25,00	33,33
Não há local p/ acondicionar	10,00	0,00	0,00	25,00	0,00
Preços altos	5,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	100,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Coleta de dados desta pesquisa, 2006. Município de Tangará/RN.

Tabela V - Propostas feitas pelos entrevistados para a melhoria do comércio de alimentos no município de Tangará/RN.

Proposta p/ melhorar o comércio	Bancas de Feira livre %	Supermercados %	Mercearias %	Açougues %	Padarias %
Cursos profissionalizantes	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33
Fiscalização	0,00	0,00	0,00	0,00	33,33
Melhorar a renda da população através de mais empregos	39,13	33,33	57,14	50,00	33,33
Diversificar data de pagamento	0,00	16,67	0,00	,00	0,00
Acabar com os empréstimos	0,00	16,67	0,00	0,00	0,00
Salários mais justos	0,00	16,67	0,00	0,00	0,00
Trabalho de Educação Nutricional	0,00	0,00	14,29	0,00	0,00
Baratear preços da mercadoria	4,35	0,00	14,29	0,00	0,00
Fornecedores que tenham melhores preços	0,00	0,00	14,29	0,00	0,00
Não tem nada a dizer	8,69	16,67	0,00	25,00	0,00
Tabelar os preços	0,00	0,00	0,00	25,00	0,00
Fiscalização e organização	13,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Estruturar/organizar (feira-livre)	26,08	0,00	0,00	0,00	0,00
Empréstimos para gerar capital de giro (investimentos)	13,04	0,00	0,00	0,00	0,00
Total	104,00	100,00	100,00	100,00	100,00

Fonte: Coleta de dados desta pesquisa, 2006. Município de Tangará/RN.

os países desenvolvidos outros sobrevivem em condições de terceiro e quarto mundo, essa realidade encontra-se principalmente na zona rural e no interior nordestino⁽¹¹⁾.

Nos supermercados, outra sugestão dada para a melhoria do comércio do município foi a diversificação dos pagamentos feitos aos funcionários públicos municipais e estaduais, aos aposentados e aos beneficiários dos programas assistenciais do Governo Federal em períodos diferentes,

para que assim ocorra uma circulação maior de dinheiro no decorrer do mês. Outros pontos levantados foram a proposta de salários mais justos para os trabalhadores e critérios mais rigorosos para a concessão de empréstimos aos aposentados, pois diante da importância dessa classe não só na economia dos pequenos municípios, mas, também, no sustento de suas famílias, o uso indevido dos seus benefícios pode representar grandes perdas tanto para o comércio local,

como também para o próprio aposentado, já que através dessa renda obtém alimentação e, na maioria das vezes medicamentos, possibilitando uma melhor qualidade de vida para si e para sua família.

Nas entrevistas feitas em mercearias foi abordada a questão da educação alimentar da população. O papel das secretarias municipais de educação e saúde de despertar na população hábitos alimentares saudáveis é primordial - como instituições públicas capazes de realizar programas e projetos educacionais - para estimular o consumo de alimentos integrais, frutas e verduras.

Torna-se de fundamental importância mudar a relação do poder público com os diversos atores sociais. Por isso é que o conceito de cidadania deve ser respeitado, incorporando ao mesmo o direito dos indivíduos ou grupos sociais à alimentação, assim como se defende o acesso à educação, à saúde, à habitação e ao transporte.

DISCUSSÃO

Alguns estudos revelam que o crescimento do mercado urbano, com a introdução de novos hábitos de consumo, fez com que a estrutura da oferta de alimentos, principalmente dos hortifrutigranjeiros, se alterasse rapidamente. Em passado recente, a feira livre e os pequenos comércios (mercearias, mercadinhos e quitandas) eram os principais equipamentos utilizados para a distribuição deste tipo de alimento, dada a sua abrangência geográfica e a possibilidade de levar a cada consumidor uma enorme diversidade de produtos. Nos dias atuais, no entanto, metade das compras de gêneros alimentícios, incluindo os hortifrutigranjeiros, são realizadas no supermercado⁽⁹⁾. Nessa caracterização, pode-se observar um grande número de bancas de feiras, seguida por mercadinhos e mercearias, açougues, supermercados e padarias.

Um outro aspecto a ser levado em consideração na análise dos processos inerentes ao abastecimento alimentar é a tendência quanto ao local de compra de produtos alimentares. Em relação aos equipamentos varejistas pesquisados no Município de Tangará-RN os supermercados foi o principal representante dos estabelecimentos de auto-serviço.

Em relação às mercearias observou-se, no entanto, que muitas delas têm diversificado sua linha de produtos característicos, colocando à venda alimentos enlatados e embutidos, e por serem firmas pequenas, geralmente não possuem equipamentos adequados para o armazenamento desses produtos.

Já nas bancas de venda de alimentos em feira livre, o feirante tem a possibilidade de realizar compras diretas do produtor permitindo-lhe vender ao consumidor a

preços mais convenientes. Foi constatado na feira livre do município, a qual é realizada às segundas feiras, não só a venda de hortifrutigranjeiros, como também de carnes, peixes e frangos abatidos na hora. Embora esse fato não seja aprovado do ponto de vista sanitário, foi observado que faz parte da cultura da população do município, como foi relatado por uma cliente no ato da compra, no momento da realização da entrevista:

Eu prefiro mil vezes consumir carne fresca comprada na feira do que comer carne congelada e sem gosto comprada no supermercado. (Cliente da banca de venda de carnes).

Quanto aos demais estabelecimentos, como açougues e padarias, foi apresentado um sistema de vendas tradicional, em que a venda depende do atendimento, requerendo a presença de vendedor ou balconista, que geralmente é o proprietário ou familiar, fato bastante característico no comércio do município em estudo.

No quesito relação entre comerciantes e fornecedores constatou-se que há uma fragilidade no sistema de abastecimento local, uma vez que ocorre certa dependência no que diz respeito ao transporte de mercadorias e tal fato pode dificultar a aquisição de gêneros por parte dos estabelecimentos.

Quanto à recusa ou devolução da mercadoria pelos comerciantes, uma constatação foi observada por parte da pesquisadora: os comerciantes não têm discernimento entre tipo e qualidade, pois esse item era sempre referido como “qualidade de primeira” ou “qualidade do tipo A”. Já para os estabelecimentos como bancas de feira livre e açougues constatou-se que os mesmos não costumam recusar mercadorias no ato da entrega. Este fato corrobora a necessidade de uma atuação mais enérgica por parte dos órgãos fiscalizadores, uma vez que há uma situação iminente de contaminação, trazendo assim uma reflexão para a outra esfera da Segurança Alimentar, que é a concepção de alimentos seguros.

Quanto aos resultados apresentados na tabela III, pode-se inferir que a atividade agrícola continua sendo a mais importante fonte de renda (e de alimentos) para a maioria das unidades familiares rurais e, em município com as características de Tangará/RN, ela permite ao pequeno comércio de alimentos uma garantia de sobrevivência. Uma outra característica importante é que a agricultura familiar trabalha com valores e questões que vão além da produção agrícola e não agrícola. Além de permitir iniciativas que promovem a produção agroalimentar, também possibilita enfrentar, em simultâneo, tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e de apropriação de renda, como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito municipal.

Ainda em relação à feira livre, vale salientar a participação da CEASA de Natal como importante fornecedor. A relevância desse grande centro foi também constatada por Oliveira *et al*⁽⁷⁾ em estudo similar realizado em Ouro Preto/MG onde a CEASA de Belo Horizonte foi apresentada como importante fornecedora de gêneros como frutas, legumes e verduras para diversos estabelecimentos locais. O autor cita ainda que as CEASAs são consideradas, nos dias atuais, como o elo mais importante no comércio de hortifrutícolas no Brasil.

O item que trata do período de melhores vendas nos estabelecimentos demonstrou a tamanha dependência do comércio local em relação aos aposentados. Portanto, torna-se importante relatar o fato de que no Nordeste, principalmente em se tratando da zona rural de pequenos municípios, reflete o retrato singular das relações e natureza da estrutura econômica, onde a ação governamental, através da previdência social, é bastante evidente⁽¹¹⁾.

É mister considerar que, de acordo com o enfoque da SAN, o indivíduo não pode ser visto de maneira separada do contexto sócio-político, cultural e econômico do qual ele se encontra inserido, de modo que as opções que se lhe apresentam são também determinadas pelo contexto e grupo social que integra. No município de Tangará/RN foi absolutamente visível a importância da previdência social, tanto para as famílias beneficiárias (apesar de não ter sido este o foco da análise), mas principalmente para o comércio local.

Das principais propostas feitas pelos comerciantes do município para a melhoria do comércio de alimentos a primordial foi a criação de programas de geração de renda através da promoção do desenvolvimento econômico e social, orientada para os setores sociais de baixa renda. Nas feiras livres os comerciantes/feirantes sugeriram, ainda, melhorar a estrutura organizacional e fiscal. A implantação de uma equipe eficiente que planeje, ordene, estruture e organize o espaço físico destinado para a realização das feiras; além de uma maior atuação por parte dos fiscais sanitários para a liberação de alvarás e/ou fiscalização de mercadoria; como também a flexibilização do acesso ao crédito por parte dos feirantes para que estes possam ter um capital de investimento e assim melhorar e diversificar os produtos colocados à venda.

Pensando na política de SAN para o município de Tangará/RN

No município de Tangará/RN existe uma grande necessidade de políticas voltadas para a promoção do desenvolvimento econômico e social, orientadas para a geração de emprego e renda. Para isso, a gestão municipal deve buscar estabelecer e, sobretudo fortalecer, parcerias com

órgãos públicos Estaduais e Federais, bem como entidades ligadas às Universidades, Institutos de Pesquisa e Centros de Capacitação Profissional, de Ciência, de Formação Técnica e de Manutenção, a fim de desenvolver meios de apoio à produção de alimentos em bases socialmente equitativas e ambientalmente sustentáveis.

A gestão municipal, por meio da prefeitura, precisa concretizar-se como um órgão articulador do desenvolvimento da produção alimentar local, incentivando dessa forma ações de compra direta e planejada de grupos de fornecedores locais, como é o caso do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), executado pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) e, também, pelo Instituto de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER/RN), considerando para isto uma ferramenta importantíssima como o próprio processo de municipalização da alimentação escolar, ou ainda a aquisição de alimentos para entidades como creches e hospitais. Dessa forma, é fundamental uma atenção articulada a partir da produção até a comercialização.

Outra característica importante das iniciativas que promovem a produção agroalimentar é a de que elas possibilitem enfrentar, simultaneamente, tanto a necessidade de criar oportunidades de trabalho e apropriação de renda às famílias como a de ampliar e melhorar a oferta de alimentos em âmbito regional. Entretanto, a atividade agrícola continue sendo a mais importante fonte de renda - e de alimentos - para a maioria das unidades familiares rurais, como é o caso do município de Tangará/RN.

No âmbito do município de Tangará/RN é observada, muito fortemente, a ausência de ações voltadas à prática da SAN. De fato, não existe uma instância competente que abranja uma descentralização no âmbito de políticas públicas voltadas a sua garantia. No entanto, cada vez mais se defende que cabe ao poder local desenvolver meios de promover a viabilidade de tais políticas.

São os pequenos municípios do interior do País que demonstram possibilidades viáveis de desenvolvimento em bases equitativas, sendo que o que falta é a criação de meios de articulação entre a população e o poder local que visem à criação, monitoramento e efetividade dessas políticas⁽¹³⁾.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho teve como finalidade caracterizar o comércio de alimentos do município de Tangará/RN e relacioná-lo às estratégias da Política de Segurança Alimentar e Nutricional. Os dados apresentados demonstram a importância de se fazer um diagnóstico com o objetivo de articulá-los ao processo de criação de uma política local de SAN, uma vez que os mesmos viabilizam uma reflexão sobre o fluxo do comércio e do abastecimento alimentar do

município. Para isso, a gestão municipal precisa conhecer e construir, de forma conjunta com a população, maneiras efetivas de desenvolvimento estabelecendo parcerias e possibilitando, assim, a criação de uma sociedade mais justa e digna, capaz de se reproduzir com equidade e inclusão social.

Nesse sentido, o tema da SAN tem um grande potencial aglutinador. Espera-se que o gestor municipal, ao propor uma discussão pública, além da sua equipe técnica administrativa, legisladores e representantes/líderes sociais e comunitários que já tradicionalmente trabalham com a questão, deve buscar envolver também pesquisadores e técnicos de universidades, institutos, assistência técnica e extensão rural; o setor privado de maior porte (supermercados e indústria alimentar); o setor privado de pequeno porte, como permissionários de equipamentos públicos de abastecimento, feirantes; organizações de defesa dos direitos do consumidor; pequenos produtores, assentados entre outros⁽¹³⁾.

A SAN aparece nesse debate de desenvolvimento local como um dos principais agentes para a formulação de alternativas à exclusão social, seja do mercado consumidor, do mercado de trabalho, dos direitos ao mínimo necessário à reprodução social, isto é, como forma de favorecer o empoderamento social.

REFERÊNCIAS

1. Relatório final. Conferência nacional de segurança alimentar e nutricional. Fortaleza; 2007.
2. Valente FLS. Direito humano à alimentação: desafios e conquistas. São Paulo: Cortez; 2002.
3. Galeazzi MAM. A Segurança alimentar e os problemas estruturais de acesso. In: Galeazzi MAM, organizador. Segurança Alimentar e Cidadania. 1ª ed. Campinas: Mercado de letras; 1996. p.133-57.
4. Nabuco MR, Porto SI. Como planejar e executar o abastecimento alimentar municipal. In: Belick W, Maluf RS, organizadores. Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. 1ª ed. Campinas: IE/UNICAMP; 2000. p.209-34.
5. Conselho Nacional de Segurança Alimentar e Nutricional. Princípios e diretrizes de uma política de segurança alimentar e nutricional. Brasília; 2004.
6. Ministério da Saúde (BR), Secretaria de Atenção à Saúde, Departamento de Atenção Básica. Política Nacional de Alimentação e Nutrição. 2ª ed. Brasília; 2003.
7. Instituto de Desenvolvimento Econômico e Meio Ambiente. Perfil do seu Município: Tangará/ RN [acesso em 2006 Jun 25]. Disponível em: <http://www.rn.gov.br/secretarias/idema/perfil/Tangara/Tangará.pdf>
8. Oliveira SP, Muniz LB, Marièle CA, Freitas SN, Cancho VG, Freitas FV, Fonseca KR. Características do comércio de alimentos no município de Ouro Preto (Minas Gerais): subsídios para a segurança alimentar. Cad debates. 2003 [acesso em 2007 Fev 21]; X:44-69. Disponível em: <http://www.unicamp.br/nepa>
9. Belick W. Mecanismos de coordenação na distribuição de alimentos no Brasil. In: Belick W, Maluf RS, organizador. Abastecimento e segurança alimentar: os limites da liberalização. 1ª ed. Campinas: IE/Unicamp; 2000. p.161-82.
10. Green RH, Schaller B. La Place du Contrat de Referencement dans l'Evolution des Rapports D'Echange entre Fournisseurs et Distributeurs. INRA; 1998.
11. Raymundo JS, Lôbo AL, Albuquerque FJB. Análise das repercussões psicossociais decorrentes da concessão de benefícios rurais. Rev Psico Reflex. 1999; 12(1):28-36.
12. Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária. Semi-Árido Brasileiro. [acesso em 2006 Jun 25]. Disponível em: <http://www.embrapa.br>
13. Maluf RS. Diretrizes para a segurança alimentar: idéias para a ação municipal. Inst Polis Dicas. [acesso em 2007 Fev 21]; 184:1-2. Disponível em: <http://www.polis.org.br>

Endereço para correspondência:

Islandia Bezerra da Costa Teixeira
Campus III - Departamento de Nutrição – UFPR
Av. Prefeito Lothário Meissner, 632 Jd. Botânico
CEP 80210-170 – Curitiba – PR
E-mail: islandia@ufpr.br